

**Questionário para coleta de subsídios  
ao projeto: Avaliação da  
implementação das propostas de  
ação e recomendações resultantes do  
Seminário Billings 2002 e produção  
de informações técnicas necessárias  
à elaboração da Lei Específica**

Contrato Fehidro 325/2004

**Questionários aplicados**

Junho 2007



## **Apresentação**

O projeto “Avaliação da implementação das propostas de ação e recomendações resultantes do Seminário Billings 2002 e produção de informações técnicas necessárias à elaboração da Lei Específica” foi aprovado pelo Sub-Comitê Billings Tamandateí e tem como objetivo avaliar o grau de implementação e detalhar as propostas de ação e recomendações resultantes do Seminário Billings 2002, visando sua integração com os programas, planos diretores, projetos e estudos em andamento e/ou previstos para a região, e produzir informações técnicas necessárias à elaboração da Lei Específica da Billings.

Dando continuidade ao processo de discussão de conflitos socioambientais e de construção de propostas conjuntas desenvolvido pelo ISA na Bacia Hidrográfica da Billings desde 1999, o projeto irá produzir informações técnicas necessárias à elaboração da Lei Específica da Billings. Sua metodologia de trabalho compreende o levantamento e sistematização de informações atualizadas sobre a Bacia e a produção de dados e cruzamentos espaciais através da utilização de ferramentas de geoprocessamento.

Para tal, prevê a atualização das informações sobre uso e ocupação do solo na Bacia Hidrográfica da Billings para o ano de 2006, apresenta um conjunto de análises espaciais para subsidiar as discussões sobre Lei Específica e gestão da Bacia, entre elas o cruzamento entre uso do solo e áreas de preservação permanente.

O objetivo deste estudo é contribuir para o processo de discussão e aprimoramento dos instrumentos de gestão das áreas de mananciais. Ao final do projeto, será produzido um mapa-pôster sobre a região. Todas as informações geradas pelo projeto serão disponibilizadas em formato digital.

## **Aplicação de questionários junto às prefeituras inseridas na Bacia da Billings**

No sentido de complementar as informações apresentadas no âmbito do presente projeto e envolver as prefeituras da região com a produção de informações, foi elaborado e aplicado o questionário.

Os seguintes temas foram abordados:

- Conhecimento por parte do poder público dos resultados do Seminário Billings 2002;
- Grau de implementação das propostas em cada município e de seu cruzamento com políticas públicas;
- Serviços de saneamento existentes no município e situação atual;
- Obras, projetos e serviços governamentais em andamento;
- Projetos de organizações da sociedade civil existentes.

Os questionários foram sistematizados, e as informações resultantes são apresentadas a seguir.

## Questionários enviados:

Sete prefeituras e duas subprefeituras de São Paulo.

### Prefeituras:

1. Diadema
2. Ribeirão Pires
3. Rio Grande da Serra
4. Santo André
5. São Bernardo do Campo
6. São Caetano do Sul
7. São Paulo

### Subprefeituras:

1. Capela
2. Parelheiros

## Questionários respondidos:

Cinco prefeituras e 1 subprefeitura

### Prefeituras:

1. Diadema
2. Ribeirão Pires
3. Rio Grande da Serra
4. São Bernardo do Campo
5. São Caetano do Sul

### Subprefeituras:

1. Capela

<b>Responsáveis pelo preenchimento dos questionários</b>			
<b>Prefeitura/subprefeitura</b>	<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>	<b>Data</b>
Diadema	Carlos Henrique Andrade de Oliveira	Diretor de Gestão Ambiental - Sec. do Meio Ambiente	31/01/2007
Ribeirão Pires	Silmara Mathias Soares Delfino	Arquiteta	12/01/2007
Rio Grande da Serra	Melissa Zimpeck Duaik	arquiteta-Diretora de Planejamento e Meio Ambiente	18/01/2007
São Bernardo do Campo	Sonia Lima	Diretora do Departamento de Meio Ambiente	31/01/2007
São Caetano do Sul	Horacio Almeida Pires	Assessor de Meio Ambiente	11/01/2007
Subprefeitura Capela do Socorro	Loide Cruz Vidal Parlato	Arquiteta responsável pela área de Meio Ambiente	19/01/2007

## Sobre o Seminário Billings 2002

### Participação da Prefeitura/Subprefeitura no Seminário Billings 2002

Questões (resposta fechada e única)	Respostas	
	Sim	Não
Participação no Seminário	5	1*
Possui publicação Billings 2002	6	
Sabe que a publicação está disponível no site do ISA	5	1

\*A Prefeitura de São Caetano, que encontra-se fora da área da Bacia da Billings.

Opinião sobre seminário (resposta livre e múltipla)	Respostas
Iniciativa importante	3
Troca de informações	1
Produção de conhecimento	1
Ações propostas têm problemas de viabilidade na escala do município	1
Contribuição para LE	1

## Sobre as propostas resultantes do Seminário Billings 2002

Questões (resposta fechada e única)	respostas	
	Sim	Não
Conhecimento sobre as 66 propostas de ação resultantes do Seminário	6	
Conhecimento sobre implantação de alguma das propostas de ação		6
Conhecimento sobre as 8 estratégias de ação propostas	4	2

Razões para não implantação das propostas (resposta livre e múltipla)	Respostas
Desarticulação de políticas públicas	3
Desarticulação do SIGRH	2
Falta da Lei Específica	1
Falta de vontade política	2

O que poderia ser feito para aprimorar as propostas do Seminário (resposta livre e múltipla)	Respostas
Nova discussão com comprometimento dos governos locais e sociedade, para estabelecer compromissos e prazos de implantação.	3
Discussões para detalhamento e encaminhamento	1
Aprovação da Lei Específica	1
Colocar em prática as propostas	1

## Sobre a estratégia “Integração de políticas públicas e interfaces com a Lei Específica” proposta no Seminário

Linhas de ação da estratégia	Respostas		
	Sim	Não	Não respondeu
O PDPA deveria ser um subsídio para a Lei	4	1	1
O PDPA deveria ser feito rapidamente e reunir o conteúdo já produzido sobre a região.	4	1	1
As diretrizes do PDPA deveriam ser incorporadas ao Programa de Recuperação Ambiental de Mananciais	5		1

Razões para que o processo de elaboração do PDPA e Lei Específica não ter ocorrido em 2003, conforme o proposto no Seminário (resposta livre e múltipla)	Quantidade de respostas
Falta de interesse político	1
Desarticulação do SIGRH	2
Falta de recursos e coordenação para integrar o processo	2
Desconhece o processo	1

## Sobre o processo de formulação da Lei Específica no Sub-Comitê Billings

Questões (resposta fechada e única)	Respostas		
	Sim	Não	Não opinou
A Prefeitura acompanha o processo junto ao Sub-comitê	6		
Considera o processo adequado	3	2	1

Sugestões de aprimoramento do processo de discussão da Lei (resposta aberta e múltipla)	Quantidade de respostas
Composição de grupo técnico permanente com compromisso dos prefeitos	2
Disponibilização de informação	2
Definição formal sobre disponibilidade dos técnicos	1
Fortalecimento da articulação política para garantir divulgação e participação	2
Atuação dos segmentos com base em conhecimento técnico	1
Fortalecimento do SIGRH	1

## Sobre conteúdo da Lei Específica

<b>Instrumentos que a Lei Específica deve estabelecer (resposta aberta e múltipla)</b>
Fiscalização e controle ambiental
Remoção de ocupações e recuperação de áreas estratégicas
Ocupação dirigida compatível com preservação de recursos hídricos
Mecanismos para preservação e uso público de locais com potencial para turismo e proteção integral
Incentivar atividades compatíveis com a produção de água
Estabelecer diretrizes e objetivos gerais
Definição de índices urbanísticos médios, permitindo aos municípios terem seus próprios zoneamentos
Delimitação de macrozonas
Instrumentos de subsídios financeiros para preservação dos mananciais
Autonomia municipal para licenciamento, com monitoramento estadual
Instrumentos de gestão compartilhada e co-responsabilidade

<b>Questões (resposta fechada e única)</b>	<b>Respostas</b>			
	Sim	Não	Parcial	Não opinou
O(s) instrumento(s) está incorporado à minuta de Lei Específica em discussão	1	1	1	2

## Sobre compatibilidade com Plano Diretor e Lei de Zoneamento com o disposto na Lei Específica

<b>Questões (resposta fechada e única)</b>	<b>Respostas*</b>	
	Sim	Não
Tem Plano Diretor e Lei de Zoneamento	5	
Zoneamento é compatível com áreas de intervenção propostas no estudo CPLEA/PRIME	4	1
Zoneamento na LE compromete legislação municipal	1	4

\* Não inclui o município de São Caetano do Sul que está fora da área da Bacia da Billings

## Situação de saneamento na área do município inserida na Bacia da Billings

### Sobre concessão dos sistemas de saneamento

<b>Prefeitura/subprefeitura</b>	<b>Concessão de serviços de água à Sabesp</b>	<b>Concessão de serviço de esgoto Sabesp</b>
Diadema	Não*	Sim
Ribeirão Pires	Sim	Sim
Rio Grande da Serra	Sim, em parte do município	Sim, em parte do município
São Bernardo do Campo	Sim	Sim
Subprefeitura Capela do Socorro	Sim	Sim

\*O serviço é de responsabilidade da SANED - Companhia de Saneamento de Diadema.

## Sobre redes de coleta, transporte e tratamento de esgotos na porção do município inserido na Bacia da Billings

Prefeitura/subprefeitura	% de cobertura da rede coletora de esgoto (múltipla escolha)	% de esgoto transportado e/ou tratado sobre o total coletado (múltipla escolha)
Diadema	50 a 75%	25 a 50%
Ribeirão Pires	25 a 50%	0,1 a 25%
Rio Grande da Serra	25 a 50%	75 a 100%
São Bernardo do Campo	25 a 50%	0,1 a 25%
Subprefeitura Capela do Socorro	25 a 50%	0

## **Conclusões sobre os questionários**

As conclusões descritas abaixo foram apresentadas em oficina sobre os resultados do presente projeto com a participação dos integrantes do Grupo de Trabalho da Lei Específica da Billings, realizada no dia 13 de fevereiro de 2007, na sede do Consórcio do Grande ABC, em Santo André.

### **Seminário Billings**

As 66 propostas de ação resultantes do Seminário Billings 2002 são conhecidas de todos os entrevistados. Porém, nenhum deles tem conhecimento sobre implementação das ações. Cabe ressaltar que das oito propostas de criação de Unidades de Conservação, três já foram criadas, sendo duas no Município de São Paulo e uma em Santo André.

Segundo os entrevistados, os resultados do Seminário não foram colocados em prática por falta de vontade política e desarticulação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de SP - SGRHI. Ainda sobre as propostas do Seminário, os entrevistados apontam que o aprimoramento destas pode se dar através de novo processo de discussão, desde que com os devidos comprometimentos por parte dos atores do SIGRH, para o estabelecimento de compromissos e prazos de execução.

Em relação à estratégia de ação, denominada “Integração de políticas públicas e interfaces com a Lei Específica e PDPA da Billings”, a maioria dos entrevistados concorda que o Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental - PDPA (previsto na legislação de proteção aos mananciais, lei 9.866/97) deveria servir de subsídio para a Lei e que este deveria reunir o conteúdo já produzido para a região e ser implementado rapidamente. Apesar dessa concordância, todas as prefeituras entrevistadas participam do processo de elaboração da Lei Específica, que foi feito sem a existência do PDPA para a Bacia da Billings.

Ainda sobre o PDPA, todos os entrevistados concordam que as diretrizes do PDPA deveriam ser incorporadas ao Programa de Recuperação dos Mananciais, que está sendo elaborado pelo governo do Estado.

### **Processo de elaboração da Lei Específica no Sub-Comitê Billings**

Todos os entrevistados acompanham o processo de elaboração da Lei Específica junto ao Sub-comitê, mas apenas metade considera o processo adequado. Entre as recomendações para aprimorar o processo estão o comprometimento das prefeituras com um processo técnico contínuo, fortalecimento da articulação política e a disseminação dos conhecimentos de forma a diminuir as desigualdades de informação entre os participantes.

### **Conteúdo da Lei Específica**

Foram citados oito instrumentos que a Lei Específica deveria incorporar, sem consenso nas respostas sobre se tais instrumentos estão ou não incorporados na versão em discussão.

## **Sobre compatibilidade com Plano Diretor e Lei de Zoneamento com o disposto na Lei Específica**

Todos os municípios têm Plano Diretor e a maioria considera o zoneamento municipal compatível com os parâmetros urbanísticos propostos no estudo CPLEA/PRIME.

## Considerações sobre os dados de saneamento apresentados pelos municípios e confrontados pela Sabesp

Os municípios responderam perguntas fechadas e de múltipla escolha sobre a situação de saneamento, incluindo abastecimento de água, coleta e tratamento e/ou exportação de esgotos para fora da área da Bacia.

Na oficina realizada junto ao GT da Lei Específica da Billings, os representantes da Sabesp questionaram os dados apresentados e entregaram tabela com informações da empresa sobre a coleta, tratamento e/ou exportação de esgotos para a totalidade.

A comparação entre as informações fornecidas pela Sabesp e as preenchidas pelos municípios, entretanto, não é possível, uma vez que a primeira apresentou dados para a totalidade da área dos municípios, enquanto que os representantes municipais forneceram dados sobre o atendimento na porção do município inserida dentro dos limites da Bacia da Billings.

O único município onde esta comparação é possível é Rio Grande da Serra, que está totalmente inserido na área da Bacia. Os dados fornecidos pelo município são compatíveis com a informação da Sabesp.

**Os valores da Sabesp para os municípios e subprefeitura citados são:**

<b>Tabela – Informações sobre cobertura de rede coletora de esgotos*</b>		
<b>Prefeitura/Subprefeitura</b>	<b>Cobertura de Rede Coletora de Esgotos</b>	<b>Transportado e/ou Tratado</b>
Diadema	Não operado pela Sabesp	Não operado pela Sabesp
Ribeirão Pires	65%	70%
Rio Grande da Serra	31%	85%
São Bernardo do Campo	77%	14%
Subprefeitura de Capela do Socorro	68%	0%

\* Tais índices são calculados em relação à totalidade dos imóveis residenciais do município / subprefeitura, incluindo os situados em áreas urbanas com características rurais, áreas com sistemas próprios e áreas com impeditivo legal de atendimento oficial da Sabesp devido à Lei de Proteção dos Mananciais. (fonte Sabesp)